



INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DO I PND NAS DINÂMICAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO¹

Daniel Claudy da Silveira², David Basso³, Dilson Trennepohl⁴, Roberto Macagnam⁵, Romualdo Köhler⁶

(INTRODUÇÃO) O projeto analisa a influência das Políticas Públicas definidas no âmbito do I Plano Nacional de Desenvolvimento na dinâmica de desenvolvimento da região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, observando as possíveis relações entre as políticas nacionais contidas no I PND e os projetos definidos localmente ao longo da década de 1970. (MATERIAL E MÉTODOS) O projeto iniciou pela análise de documentos oficiais em que estão contidos os Planos de Desenvolvimento Nacional, destacando o diagnóstico feito, a leitura e percepção da realidade existente, os objetivos estabelecidos e as ações propostas para alcançar tais objetivos. Para identificar as possíveis repercussões nas dinâmicas locais o procedimento metodológico adotado baseou-se particularmente na leitura de matérias publicadas nas edições da primeira metade dos anos setenta do Jornal Correio Serrano, de Ijuí, disponíveis em microfilme no Museu Antropológico Diretor Pestana. No momento estão sendo realizadas entrevistas com interlocutores identificados como atores com atuação no desenvolvimento local no período de estudo. (RESULTADOS) Muito mais do que ações isoladas, projetos específicos, medidas esporádicas ou emergenciais, o I Plano Nacional de Desenvolvimento constitui-se em referência de um conjunto organicamente elaborado de idéias, leituras da realidade, intenções, objetivos, articulações e ações, como resultado do esforço de sistematização e consolidação realizado pela equipe econômica liderada por João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral do Governo Médici. Elaborado numa conjuntura social, econômica e política muito específica o I Plano Nacional de Desenvolvimento tinha por pretensão explicitar o “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”, com base na experiência bem sucedida dos planos dos governos militares anteriores e a intenção de definir a trajetória a ser seguida pelos governos subsequentes. O diagnóstico e a leitura da realidade que fundamentaram o Plano consideravam que “a Revolução foi feita para construir”. Se o Primeiro Governo da Revolução havia se empenhado, essencialmente, na reconstrução econômica, atacando a inflação, corrigindo distorções e o Segundo Governo da Revolução objetivou, principalmente, a expansão econômica acelerada, adotando, para isso, estratégia de crescimento menos instável, o objetivo do Terceiro Governo da Revolução era “elevar o Brasil à categoria dos países de alto nível de desempenho em todos os setores”. Os três grandes objetivos nacionais do desenvolvimento brasileiro contidos no Plano eram: 1) colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas; 2) duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (em comparação com 1969); 3) elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do PIB entre 8 e 10%.” As estratégias básicas do Plano contemplavam: - o crescimento e expansão do mercado, - aumentar o poder de competição, - a modernização industrial e agrícola, - desenvolvimento regional contemplando as regiões centro-sul, norte-nordeste e centro-oeste. Dentre as prioridades e metas setoriais o Plano



contemplava Investimentos nas seguintes proporções: a) Educação: Cr\$ 31,2 bilhões para ampliar o número de matriculados e a taxa de escolarização nos três níveis de ensino, redução do analfabetismo e preparo de mão-de-obra; B) Saúde e Saneamento: Cr\$ 15,2 bilhões para ampliar redes de abastecimento de água e esgoto sanitário; c) Ciência e Tecnologia: Cr\$ 1,75 bilhões para o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT, com participação do CNPq, CAPES, EMBRAPA, Fundações Estaduais de Pesquisa; d) Agricultura e Abastecimento: Cr\$ 15,6 bilhões sem computar os recursos do Crédito Rural; e) Energia: Cr\$ 24,4 bilhões para ampliar a produção de energia elétrica, petróleo e xisto; f) Transportes: Cr\$ 20,1 bilhões para ampliar as Rodovias Pavimentadas, o Sistema Ferroviário, Portos e Navegação Fluvial e Marítima e o Transporte Aéreo; g) Comunicações: Cr\$ 3,12 bilhões para ampliar o sistema nacional de comunicação; h) Habitação: Cr\$ 17,5 bilhões do Sistema Financeiro da Habitação para ampliar o número de unidades residenciais; i) Desenvolvimento Industrial: Cr\$ 30,4 bilhões para ampliar a capacidade instalada das indústrias de - Siderurgia e Metalurgia, - Química (soda, ácidos, termoplásticos, fertilizantes, resinas, detergentes), - mecânica e elétrica, - cimento, - mineração de ferro e manganês. Os recursos para bancar tais investimentos deveriam vir dos Governos Federal, Estadual e Municipais, com exceção dos setores de Ciência e Tecnologia (Governo Federal) e Desenvolvimento Industrial (Governo Federal e setor privado). De todos estes investimentos anunciados o que se percebeu de impacto no desenvolvimento da região, relendo os jornais da época, foram obras e ações relacionadas com a modernização da agricultura e à infra-estrutura de transportes (abertura e pavimentação de rodovias, com destaque para a BR-285 e corredores de exportação), e portuárias (particularmente ligadas ao Terminal Marítimo da Cotrijui em Rio Grande). No caso da Energia merece destaque para as iniciativas voltadas à eletrificação rural. No setor de Comunicações merecem destaque a instalação do sistema de microondas, o sistema de telex e início da implantação da telefonia rural. O setor de Habitação igualmente foi amplamente atendido neste período pelas políticas contidas no Plano com o surgimento de vários conjuntos habitacionais com financiamento do Sistema Financeiro da Habitação. Quanto ao Desenvolvimento Industrial há que se destacar a reestruturação de importantes segmentos da indústria regional em torno de complexos agroindustriais ligados a máquinas e equipamentos agrícolas, silos e armazéns e algumas iniciativas de processamento. No campo social merece destaque o impacto para a região resultante da criação do Funrural. (CONCLUSÃO) O levantamento feito nos jornais da época permitiu identificar muitas reportagens anunciando obras e liberação de recursos para a região Noroeste do Rio Grande do Sul com estreita relação às estratégias, objetivos, metas e ações previstos no I Plano Nacional de Desenvolvimento, especialmente relacionadas à modernização da agricultura e melhorias na infra-estrutura de transportes, armazenagem, ligação da região à zona portuária de Rio Grande, melhorias na estrutura portuária de Rio Grande. O vínculo maior de todas estas ações está relacionado especialmente às estratégias contidas no I PND que previam o crescimento e expansão dos mercados, voltados no caso principalmente às exportações, bem como à modernização dos setores agrícola e industrial. No momento a pesquisa está centrada na realização de entrevistas a um conjunto de pessoas da região que ocupavam postos de liderança na esfera pública e privada à época para identificar se haviam iniciativas deliberadas a partir da região para tentar se beneficiar das benesses contempladas no âmbito do planejamento público federal.



¹ Trabalho de Pesquisa Institucional

² Aluno do curso de Economia da Unijui. Bolsista PIBIC/CNPq

³ Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui

⁴ Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui

⁵ Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui

⁶ Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui